



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Valdivieso, Patricio

Capital social e desenvolvimento democrático: Porto Alegre (Brasil) e Santiago do Chile

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, núm. 69, febrero, 2009, pp. 93-114

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713664007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO

Porto Alegre (Brasil) e Santiago do Chile*

Patricio Valdivieso



Apresentação

Este estudo baseia-se em uma metodologia rigorosa e em evidências empíricas a partir da observação de casos sul-americanos, com o propósito de revitalizar o debate em torno do capital social e da participação democrática, uma vez que o maior conhecimento e discussão acerca dos instrumentos de observação constituirá um aporte para esta linha de pesquisa e para as políticas públicas. Com uma base de dados gerada autonomamente e le-

vando em consideração os aportes da literatura sobre o assunto,¹ este texto sistematiza as análises realizadas criando índices de participação convencional, não-convencional e de confiança, e de outras variáveis socioeconômicas, demográficas e atitudinais relacionadas. Iniciamos esclarecendo alguns conceitos centrais e sua operacionalização, observando tendências e correlações, constatando por fim as relações causais mediante análise de regressão. Comparamos nossas próprias observações com outras, submetendo a um exame crítico as generalizações sobre o capital social.

À luz da relevância adquirida pela investigação comparada sobre o capital social nas ciências sociais e nas políticas públicas,² este artigo soma evidências empíricas em torno dos indicadores do capital social e o faz com base na análise comparada de dois casos sul-americanos: Brasil e Chile. Apresentamos novas observações sobre o capital social,

* Síntese de resultados alcançados na execução do projeto Fondecyt “Capital social, participação e segurança pública” (n. 1071073), este trabalho foi possível graças à colaboração editorial de João B. Gregoire, estudante de doutorado (PUC), con el apoyo financiero de la Dirección de Asuntos Internacionales de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Agradecemos também às observações dos pareceristas da Comissão Editorial da RBCS.

Artigo recebido em outubro/2007

Aprovado em novembro/2008

expomos uma metodologia rigorosa para postular relações e, portanto, para fazer aportes à investigação comparada e internacional, e avançamos até a precisão de variáveis e relações de interesse para formular modelos conceituais que sirvam de aporte para as políticas públicas. A metodologia consistiu em revisar a literatura sobre o capital social e a participação democrática, operacionalizar conceitualizações em variáveis de observação, construir e aplicar pesquisas às mostras representativas de população³, construir índices de capital social e de variáveis relacionadas, observar tendências e correlações, e fazer análises de relações entre variáveis mediante métodos de regressão múltipla e logística.⁴ Com base nas informações recolhidas em Porto Alegre e em Santiago do Chile,⁵ são consideradas evidências empíricas sobre os conceitos e as variáveis destacadas pela literatura sobre capital social. O artigo inicia com a eleição de conceitos de observação, depois apresenta as tendências de tais conceitos, a continuidade de correlações entre variáveis e, mais adiante, as observações realizadas a partir da análise de regressões; conclui com um *ranking* destas variáveis e suas implicações. Por fim, faz-se uma recapitulação de observações e descobertas de interesse no sentido de desenvolver esta linha de trabalho.

Sobre o que estamos falando?

Que conceitos de observação podem representar o capital social e as variáveis relacionadas? A participação e a confiança são conceitos operacionais centrais do capital social. A participação política convencional (institucionalizada, eleitoral) e o interesse na política são manifestações da cultura cívica democrática (ver Brody, 1994, pp. 173-208; Verba *et al.* (1995); Borba, 2005, pp. 58-59; Castillo, 2006).⁶ A participação comunitária e não-convencional considerada na maior parte da literatura (ver Norris, 2002) compreende todas aquelas formas de participação não institucionalizadas, principalmente a eleitoral, que beneficiam o conjunto de cidadãos e que não vai contra uma lógica ou as práticas democráticas.⁷ Portanto, juntamente com a participação em associações com distintas características, ficam incluídas as ações coletivas desafiantes, convencionais

e não-convencionais, tais como os protestos e as greves.⁸ A confiança e o consentimento são conceitos centrais, uma vez que representam atitudes facilitadoras de ações coletivas em torno de metas comuns, segundo assinala Locke (2002, pp. 481-483). Entre as modalidades possíveis de confiança social, podem-se destacar as seguintes: confiança interpessoal⁹ e nas instituições comuns como veículo do progresso social (ver Putnam, 1995); confiança social nas elites no interior de uma genuína democracia (líderes sociais, econômicos e políticos, incluindo vias sociais e institucionais de recrutamento, acesso e manutenção em posições de direção), por ser um recurso que contribui para a coesão, a participação e a integração social;¹⁰ confiança nos meios de comunicação em sociedades crescentemente pluralistas em interesses, convicções e expressões, porquanto eles constituem um recurso para a representação de inquietudes cidadãs.¹¹

Na literatura,¹² as variáveis já indicadas do capital social estão relacionadas com um conjunto de indicadores socioeconômicos e relativos à qualidade de vida das pessoas e de suas associações: o gênero, o nível educacional e o nível de ingresso costumam ser considerados; as condições de associatividade (infra-estrutura de organizações) nos lugares onde as pessoas vivem, pois é razoável pensar que se elas dispõem de instâncias para a participação em seus bairros e conhecimento a respeito destas, terão melhor predisposição para participar;¹³ o grau de segurança ou insegurança das pessoas, porque essa condição influi na confiança e na participação. O bem-estar pessoal, a qualidade de vida, as expectativas futuras e o grau de satisfação com a democracia manifestam não só o impacto de variáveis socioeconômicas, mas também de variáveis políticas e institucionais (ver PNUD, 2004).¹⁴ Por fim, o capital social tem relação com um conjunto de variáveis atitudinais de cultura política e competências cidadãs (ver Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Geissel, 2006): a identidade coletiva ou o sentido de solidariedade expressam competências sociais aptas para ações coletivas;¹⁵ a atitude de apoio à democracia tem influência na disposição a participar.

Neste estudo, o capital social será observado por meio de índices que representam as variáveis: “participação política convencional”, “participação comunitária” e “não-convencional”, e “confiança”.

Elas serão postas em relação com índices que sintetizam informações sobre variáveis socioeconômicas e atitudinais das pessoas.¹⁶

Como o capital social é visto segundo suas tendências

O conceito de “participação comunitária” foi operacionalizado e observado por meio de índices de participação em associações sociotrópicas (voluntariado, com objetivos filantrópicos), em associa-

ções utilitárias (predomínio de uma racionalidade instrumental, utilitarista), em associações religiosas (identificação com certos credos e formas de vida relacionadas) e em ações coletivas desafiantes (identificação com atitudes críticas e o inconformismo).¹⁷ Esta tipologia torna possível a comparação com observações e achados de outros estudos, tais como Rubenson (2005), Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) e Geissel (2006).

Em primeiro lugar, a Tabela 1 apresenta tendências com respeito à participação convencional (votar, informar-se, debater) e o interesse pela política.

Tabela 1
Participação Convencional no Brasil e Chile em % (2005)

	Participação política (IPP)	Discutir sobre Política (IDSP)	Informar-se (IISP)
	SIM	SIM	SIM
Brasil	87,3	90,8	67,6
Chile	72,0	86,0	55,8

Fonte: Com o intuito de tornar as informações qualitativas mais acessíveis para o leitor, nos quadros e tabelas foram utilizados conceitos correspondentes à operacionalização das variáveis, estando seus significados e critérios de constituição em anexo. As informações são procedentes de bases de dados geradas durante a execução dos projetos FONDECYT n. 1071073 e “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: um estudo comparado entre cidades do Brasil, Chile e Uruguai” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Questionários, bases de dados e índices construídos podem ser consultados no *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152.

Em Santiago do Chile observam-se porcentagens de participação política mais baixa do que em Porto Alegre; em ambos os casos há um considerável grau de discussão sobre política, não obstante ser bem inferior o grau da ação de informar-se.

Cabe assinalar que a elevada participação política reflete a obrigatoriedade de votar de quem possui 18 anos e está inscrito nos registros eleitorais.

A Tabela 2 contém informações referidas à participação não-convencional

Tabela 2
Participação Não-Convencional: Brasil e Chile em % (2005)

	Participação em Associações Sociotrópicas (IPAS)		Participação em Associações Utilitárias (IPAU)		Participação em Associações Religiosas (IPAR)		Participação em Ações Coletivas Desafiantes (IPACD)	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Brasil 2005	89,2	10,0	88,0	11,2	82,5	16,9	82,4	17,1
Chile 2005	89,6	10,4	88,0	12,0	73,8	26,2	82,8	17,2
Casen 2003	77,3	2,1	60,7	18,7	71,4	8,0	—	—
Casen 2000	76,9	1,3	59,1	19,1	71,6	6,6	—	—

Fonte: *Idem* Tabela 1; Ministério de Planificação Nacional do Chile, bases de dados de pesquisas Casen 2000 e 2003.

As porcentagens de participação são baixas e congruentes com as observações em outros estudos (ver Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005, p. 33). Em comparação, Santiago do Chile mostra maior participação em todas as categorias de associatividade e chama a atenção para que o associativismo religioso é maior ali do que em Porto Alegre.¹⁸ Em relação com os dados da pesquisa Casen,¹⁹ as observações sobre o Chile sugerem maior grau de participação no âmbito comunal do

que na esfera nacional (10,4% de participação em associações sociotrópicas e 26,2% em associações religiosas no ano 2005; para todo o território chileno, a pesquisa consigna apenas 2,6% e 10% respectivamente no ano 2003). Contudo, no caso da participação em associações utilitárias, a tendência se reverte (12% nas associações de bairros e 23 % na esfera nacional).

O conceito de confiança foi observado mediante a construção de índices binários de confiança.²⁰

Tabela 3
Confiança no Brasil e Chile, em % (2005)

	Confiança em outra gente (ICOG)	Confiança em Elites (ICE)	Confiança em Organizações Informais (ICOI)	Confiança em Organizações Formais (ICOF)	Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	Confiança em Instituições (ICI)	Confiança em Meios de Comunicação (ICMC)
	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Brasil	100	99,8	80,4	98,4	90,0	99,6	77,8
Chile	100	98,8	71,6	98,6	77,4	100	72,6

Fonte: *Idem* Tabela 1.

À diferença de outros estudos (ver Borba, 2005, pp. 60-62), as informações do quadro indicam um elevado grau de confiança em todas as partes, exceto nos meios de comunicação. No Chile observa-se menor confiança nas organizações informais e nas grandes organizações (partidos políticos, sindicatos etc.). Em geral, em comparação com outros lugares do mundo, o grau de capital social parece ser alto.²¹

Em resumo, as observações dos quadros reiteram que o capital social pode ser observado por meio de indicadores de participação convencional e não-convencional e de confiança. O grau de participação comunitária e não-convencional é baixo em todas as partes,²² enquanto o grau de confiança é alto. As tendências do capital social reiteram pa-

drões de conduta que não diferem de outras sociedades no mundo: as pessoas tendem a participar quando é necessário, eleitoralmente, fazem-no menos de forma voluntária ou por razões utilitárias no dia-a-dia e sem prejuízo da confiança que têm em suas relações interpessoais e nas instituições.

O capital social, condições de vida e cultura política²³

A seguir, comentaremos as correlações significativas e mais destacadas entre as observações do capital social, as tendências indicadas e outras variáveis consideradas na literatura.²⁴

Tabela 4
Participação Convencional e Outras Variáveis: Brasil e Chile

	Brasil			Chile		
	IPP	IDSP	IISP	IPP	IDSP	IISP
Participação Política (IPP)	—	0,30***	0,32***	—	0,37***	0,31***
Discussão sobre Política (IDSP)	0,30***	—	0,49***	0,38***	—	0,47***
Informar-se sobre Política (IISP)	0,32***	0,49***	—	0,31***	0,47***	—
Sexo (S)	n.s.	n.s.	-0,09*	-0,08*	-0,11*	-0,08*
Nível Educacional (NE)	0,29***	0,30***	0,22***	0,09*	0,26***	n.s.
Ingresso (NI)	0,15**	0,13***	0,22***	0,14**	0,19***	n.s.
Bem-estar Pessoal (IBP)	0,15**	n.s.	0,01*	0,13**	n.s.	n.s.
Expectativas de Vida (IEV)	0,10*	n.s.	n.s.	0,11**	0,10*	n.s.
Qualidade de Vida Socioeconômica (ICV)	0,20***	n.s.	0,15**	0,19***	0,17***	n.s.
Infra-estruturas de Associações (EAFI)	n.s.	0,2***	0,11*	0,15**	0,16***	0,08*
Insegurança (IIN)	-0,13**	n.s.	-0,14**	-0,15***	n.s.	-0,08*
Satisfação com a Democracia (ISD)	0,18***	n.s.	0,15**	0,21***	n.s.	n.s.
Solidariedade e Identificação (ISOI)	0,10*	0,21***	0,13**	0,21***	0,24***	0,14**
Sentido Coletivo (ISC)	0,08*	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Apoio à Democracia (IAD)	0,15**	0,13**	0,15**	n.s.	0,20***	n.s.

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10;**p < 0,01;***p < 0,001.
 Fonte: *Idem* Tabela 1.

Os indicadores da participação convencional, institucional e eleitoral, estão positivamente correlacionados na maior parte dos casos; existem relações entre a participação eleitoral e as práticas de discutir e informar-se sobre política. Destaca-se a alta correlação entre IDSP e IISP (discutir e informar-se). As correlações entre a participação e o apoio à democracia (IAD), ainda que positivas, não são especialmente altas, ou seja, não necessariamente as pessoas que têm uma atitude mais democrática são as mais dispostas a participar. Em Porto Alegre, existem correlações

positivas entre a participação convencional e a educação (NE), parece também que o nível de ingressos (NI) e a qualidade de vida (ICV) influem positivamente na participação convencional mais do que no Chile. As correlações com solidariedade e identificação social (ISOI) são significativas e positivas nos dois casos.

Nas Tabelas 5 e 6, observa-se a informação referida à participação não-convencional em associações sociotrópicas, utilitárias e em ações coletivas desafiadas (greves, manifestações públicas, tomadas de edifícios etc.).

Tabela 5
Participação Comunitária, Não-Convencional e Variáveis Socioeconômicas e Atitudinais (Correlações), Caso do Brasil e Estimativas Mundiais

	Brasil (Porto Alegre)				Sociedades Pós-industriais ⁽¹⁾		Sociedades em desenvolvimento ⁽¹⁾	
	IPAS	IPAU	IACD	IPAR	IPAS	IACD	IPAS	IACD
Sexo (S)	-0,14***	0,13***	n.s.	n.s.	0,03**	-0,07**	0,02**	-0,08**
Nível Educacional (NE)	0,17***	0,15***	0,20***	n.s.	0,16**	0,22**	0,18**	0,16**
Ingresso (NI)	0,19***	0,19***	n.s.	n.s.	0,13**	0,18**	0,12**	0,12**
Infra-estruturas de Associações (EAFI)	0,18***	0,18***	n.s.	n.s.	—	—	—	—
Insegurança (IIN)	0,09*	0,10*	0,10*	n.s.	—	—	—	—
Bem-estar Pessoal (IBP)	n.s.	-0,09*	-0,11*	n.s.	—	—	—	—
Solidariedade e Identificação (ISOI)	0,64***	0,62***	0,17***	0,19***	—	—	—	—
Apoio à Democracia (IAD)	0,13***	0,11***	n.s.	n.s.	0,05**	0,19**	0,03**	0,15**
Participação em Associações Sociotrópicas (IPAS)	—	0,89***	0,32***	0,16***	—	0,21**	—	0,11**
Participação em Associações Utilitárias (IPAU)	0,89***	—	0,33***	0,20***	0,023**	0,23**	0,24**	0,22**
Participação em Ações Coletivas Desafiadoras (IPACD)	0,32***	0,33***	—	0,19***	0,20**	—	0,11**	—
Participação em Associações Religiosas (IPAR)	0,16***	0,20***	0,19***	—	0,23**	0,08**	0,17**	0,03**
Confiança em Elites (ICE)	-0,14**	-0,10*	-0,13**	n.s.	—	—	—	—
Confiança em Organizações Informais (ICOI)	0,37***	0,35***	0,62**	0,21***	—	—	—	—
Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	0,21***	0,21***	0,28***	n.s.	—	—	—	—
Confiança em Meios de Comunicação (ICMC)	n.s.	n.s.	-0,10*	n.s.	—	—	—	—
Participação Política (IPP)	n.s.	n.s.	0,12**	-0,08*	—	—	—	—
Discutir sobre Política (IDSP)	0,25***	0,24***	0,26***	0,09*	0,17**	0,27**	0,11**	0,27**
Informar-se (IISP)	0,17***	0,16***	0,12***	n.s.	0,08**	0,13**	0,07**	0,14**

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

⁽¹⁾ No trabalho de Welzel, Inglehart e Deutsch (2005), as variáveis S, NE, NI e tamanho do bairro são agrupadas como *fatores sociodemográficos*; as variáveis IPAS e IACD como *outros envolvimento comunitários*; IDSP, IISP e ver televisão como *interesse em vida pública*; ICE, ICI, obediência das normas e religiosidade como *orientações conformistas*; ICOG, IAD, tolerância à homossexualidade, aspirações de liberdade, ênfase na expressão autônoma como *orientações humanistas*.

Fonte: *Idem* Tabela 1; ver Welzel, Inglehart e Deutsch (2005).

Tabela 6
Participação Comunitária, Não-Convencional e Variáveis Socioeconômicas e Atitudinais (Correlações), Caso do Chile e Estudos Mundiais

	Chile (Santiago)				Sociedades Pós-industriais ⁽¹⁾		Sociedades em desenvolvimento ⁽¹⁾	
	IPAS	IPAU	IACD	IPAR	IPAS	IACD	IPAS	IACD
Sexo (S)	-0,16***	-0,12**	n.s.	0,09*	0,03**	-0,07**	0,02**	-0,08**
Nível Educacional (NE)	0,08*	n.s.	0,14***	n.s.	0,16**	0,22**	0,18**	0,16**
Ingresso (NI)	0,15***	0,01*	0,13***	n.s.	0,13**	0,18**	0,12**	0,12**
Infra-estruturas de Associações (EAFI)	0,24***	0,26***	0,22**	0,16***	—	—	—	—
Solidariedade e Identificação (ISOI)	0,60***	0,59***	0,17***	n.s.	—	—	—	—
Sentido Coletivo (ISC)	0,21***	0,24***	n.s.	0,08	—	—	—	—
Apoio à Democracia (IAD)	0,09***	n.s.	0,14***	n.s.	0,06**	0,19**	0,03**	0,15**
Participação em Associações Sociotrópicas (IPAS)	—	0,87***	0,24***	0,14***	—	0,21**	—	0,11**
Participação em Associações Utilitárias (IPAU)	0,87***	—	0,21***	0,15***	0,023**	0,23**	0,24**	0,22**
Participação em Ações Coletivas Desafiantes (IPACD)	0,24***	0,21***	—	0,13***	0,20**	—	0,11**	—
Participação em Associações Religiosas (IPAR)	0,14***	0,15***	0,13***	—	0,23**	0,08**	0,17**	0,03**
Confiança em outra Gente (ICE)	0,26***	0,24***	0,13**	0,09**	0,14**	0,15**	0,05**	0,07**
Confiança em Elites (ICE)	0,19***	0,16***	n.s.	0,12***	0,08**	n.s.	n.s.	n.s.
Confiança em Organizações Informais (ICOI)	0,37***	0,29***	0,62***	0,2***	—	—	—	—
Confiança em Organizações Formais (ICOI)	0,11*	0,08*	0,09*	0,08*	—	—	—	—
Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	0,17***	0,14**	0,22***	0,01*	—	—	—	—
Confiança em Instituições (ICI)	0,13***	0,13***	n.s.	0,13***	0,04**	-0,03**	0,04**	-0,07**
Participação Política (IPP)	0,15**	0,12**	0,22**	0,1*	—	—	—	—
Discutir sobre Política (IDSP) ⁽⁵⁾	0,2***	0,19***	0,31***	0,12***	0,17**	0,27**	0,11**	0,27**
Informar-se (IISP)	0,14***	0,14***	0,13***	n.s.	0,08**	0,13**	0,07**	0,14**

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

⁽¹⁾ No trabalho de Welzel, Inglehart e Deutsch (2005), as variáveis S, NE, NI e tamanho do bairro são agrupadas como *fatores sociodemográficos*; as variáveis IPAS e IACD como *outros envolvimento comunitários*; IDSP, IISP e ver televisão como *interesse em vida pública*; ICE, ICI, obediência das normas e religiosidade como *orientações conformistas*; ICOG, IAD, tolerância à homossexualidade, aspirações de liberdade, ênfase na expressão autônoma como *orientações humanistas*.

Fonte: *Idem* Tabela 1; ver Welzel, Inglehart e Deutsch (2005).

Nos casos aqui estudados, os graus de correlação entre participação comunitária (associações sociotrópicas IPAS e utilitárias IPAU) e as ações coletivas desafiantes (IACD) são maiores do que nas sociedades pós-industriais, o que significa que quanto maior o grau de participação em associações comunitárias e em grandes organizações (partidos, sindicatos), maior é o grau de participação em ações coletivas desafiantes. Uma maior experiência participativa poderia estar favorecendo atitudes críticas, inconformistas e contestatórias. Por outro lado, em uma perspectiva global, as mesmas correlações justificam inserir o Chile entre as sociedades em desenvolvimento e as pós-industriais (correlação entre 0,21 e 0,23), enquanto o Brasil corresponderia a sociedades pós-industriais (0,33 e 0,50, respectivamente).

As relações entre participação (comunitária, não-convencional) e diversas formas de confiança tendem a ser, em geral, positivas, o que reafirmaria o suposto da literatura de que quanto maior a confiança, maior é a disposição para participar (Baquero, 2005). As disparidades observadas nos dois casos, por exemplo nas correlações entre participação e confiança nas elites ou nas instituições (ICE, ICI), obedecem, certamente, a contextos muito distintos, onde as elites diferem em seu comportamento e as instituições não funcionam do mesmo modo. Em relação à confiança em organizações (ICOI, ICOF, ICGO), as evidências sugerem um alto grau de importância das interações informais, relação entre confiança, interações informais e comportamentos críticos e desafiantes (IACD): quanto maior o grau de confiança em organizações informais, maior é o grau de participação em associações e em ações coletivas. Por outro lado, as observações reiteram que os casos sul-americanos somente em parte podem ser classificados dentro dos tipos ideais “sociedades em desenvolvimento” ou “pós-industriais”. Com efeito, na correlação entre confiança em outra gente (ICOG) e participação, o Chile apresenta um maior valor do que as sociedades em desenvolvimento e as pós-industriais. A correlação entre confiança em outra gente (ICOG) e ações coletivas desafiantes (IACD) é também maior no Chile do que nas sociedades em desenvolvimento.

A participação convencional (política, eleitoral; debater e informar-se) correlaciona-se positivamente com a participação comunitária (associações, não-convencional), sobretudo no caso do Chile. Isso quer dizer que quanto maior a participação em associações comunitárias (IPAS, IPAU) e em ações coletivas desafiantes (IACD), maior é a disposição a informar-se, discutir e participar em política. Em Porto Alegre chama a atenção a correlação negativa entre participação convencional e religiosa, o que poderia estar indicando certo grau de distanciamento entre o associativismo e a política.²⁵

As correlações entre participação comunitária, não-convencional e as variáveis demográficas e socioeconômicas (sexo, educação, nível de ingresso, infra-estrutura, insegurança/segurança, satisfação/insatisfação com as instituições) tendem a ser baixas em geral. No caso de Santiago do Chile, a correlação positiva entre participação religiosa e gênero é coerente com outras observações sobre o destacado papel feminino nas associações religiosas (ver Campos, 2004). As baixas correlações entre ações coletivas desafiantes e educação leva a inserir o Chile numa classificação de correlação média em nível mundial (entre 0,14 e 0,16), ao passo que Porto Alegre se aproximaria de sociedades pós-industriais. No que diz respeito às correlações entre participação e ingresso, Santiago do Chile e Porto Alegre aproximam-se das tendências mundiais. Por sua vez, as correlações com a infra-estrutura de associações (II-EAFI) sugerem que quanto maior a quantidade de organizações e instâncias de associação em bairros, maior é a propensão a participar.²⁶ Em relação à insegurança/segurança (IIN), em Porto Alegre observam-se correlações significativas, baixas e positivas, o que sugere que quanto maior a insegurança, maior é o grau de participação.

Algumas variáveis atitudinais (cultura política) têm uma clara relação com a participação. A solidariedade e identificação social (ISOI) tendem a correlacionar-se positivamente com a participação comunitária nos dois casos analisados.

Nas Tabelas 7 e 8, observam-se correlações entre confiança e outras variáveis para cada caso, por separado.

Tabela 7
Confiança e Outras Variáveis, Brasil

	ICOG	ICE	ICOI	ICOF	ICGO	ICI	ICMC
Nível Educacional (NE)	n.s.	n.s.	-0,10*	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Ingresso (NI), N=508	0,17***	n.s.	0,17***	0,16***	0,32***	0,17***	n.s.
Infra-estruturas de Associações (EAFI) N=499	0,13**	n.s.	0,16***	n.s.	0,09*	n.s.	n.s.
Insegurança (IIN)	-0,23***	-0,17***	n.s.	-0,17***	-0,13**	-0,30***	n.s.
Bem-estar Pessoal (IBP)	0,24***	0,20***	n.s.	0,16***	0,08*	0,30***	0,10*
Qualidade de Vida Socioeconômica (ICV)	0,1*	0,14**	n.s.	0,20***	0,19***	0,23***	n.s.
Expectativas de Vida (IEV)	0,16***	0,09*	0,1*	0,11*	0,1*	0,20***	0,1*
Satisfação com a Democracia (ISD)	0,26***	0,26***	0,15***	0,28***	0,26***	0,77***	0,17***
Solidariedade e Identificação (ISOI)	0,18***	n.s.	0,28***	n.s.	0,26***	0,07*	n.s.
Sentido Coletivo (ISC)	0,40***	0,08	n.s.	n.s.	n.s.	0,09*	0,07*
Apoio à Democracia (IAD) N=490	0,18***	n.s.	n.s.	0,16***	0,25***	n.s.	n.s.
Confiança em outra gente (ICOG)	—	n.s.	0,3***	0,32***	0,27***	0,34***	0,14**
Confiança em Elites (ICE)	n.s.	—	-0,08*	0,17***	-0,08*	0,31***	0,12**
Confiança em Organizações Informais (ICOI)	0,3***	-0,08*	—	0,26***	0,33***	0,21***	0,08
Confiança em Organizações Formais (ICOF)	0,32**	0,17***	0,26***	—	0,30***	0,62***	0,27***
Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	0,27***	-0,08*	0,33***	0,30***	—	0,31***	n.s.
Confiança em Instituições (ICI)	0,34***	0,31***	0,21***	0,62***	0,31***	—	0,30***
Confiança em Meios de Comunicação (ICMC)	0,14**	0,12**	0,08*	0,27***	n.s.	0,30***	—
Participação política (IPP)	0,22***	0,2***	0,13**	0,27***	0,41***	0,25***	n.s.
Discutir sobre Política (IDSP) N=504	0,11*	n.s.	0,24***	n.s.	0,31***	n.s.	n.s.

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10; **p < 0,01; *** p < 0,001.
Fonte: *Idem* Tabela 1; ver Welzel, Inglehart e Deutsch (2005).

Tabela 8
Confiança e Outras Variáveis, Chile

	ICOG	ICE	ICOI	ICOF	ICGO	ICI	ICMC
Sexo	-0,081*	n.s.	n.s.	n.s.	-0,075*	n.s.	n.s.
Nível Educacional (NE)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,09*
Ingresso (NI)	0,21**	n.s.	0,17***	n.s.	0,18***	n.s.	n.s.
Infra-estruturas de Associações (EAFI)	0,21***	n.s.	0,26***	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Insegurança (IIN)	-0,22*	-0,13**	-0,09*	-0,16***	-0,09*	-0,27***	-0,08*
Bem-estar Pessoal (IBP)	0,23***	0,18***	0,1*	0,21***	0,09*	0,35***	0,12**
Qualidade de Vida Socioeconômica (ICV)	0,16***	0,09*	0,11*	0,14**	0,14**	0,21***	0,09*
Expectativas de Vida (IEV)	0,15**	0,11*	n.s.	0,16***	0,15**	0,27***	n.s.
Satisfação com a Democracia (ISD)	0,23***	0,28***	0,18***	0,33***	0,27***	0,77***	0,21***
Sentido Coletivo (ISC)	0,72***	0,12**	0,12**	0,15**	n.s.	0,14**	n.s.
Confiança em outra gente (ICOG)	0,	0,18***	0,39***	0,33***	0,19***	0,27***	0,12**
Apoio à Democracia (IAD)	0,08*	n.s.	0,14**	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Confiança em Elites (ICE)	0,18***	0,	0,19***	0,21***	0,15**	0,39***	0,18***
Confiança em Organizações Informais (ICOI)	0,39***	0,19***	0,	0,25***	0,26***	0,25***	0,14**
Confiança em Organizações Formais (ICOF)	0,33***	0,21***	0,25***	0,	0,27***	0,61***	0,23***
Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	0,19***	0,15**	0,26***	0,27***	0,	0,34***	0,15**
Confiança em Instituições (ICI)	0,27***	0,39***	0,15***	0,61***	0,35***	0,	0,36***
Confiança em Meios de Comunicação (ICMC)	0,12**	0,18***	0,14**	0,23***	0,15**	0,36***	—
Participação política (IPP)	0,17***	0,27***	0,29***	0,17***	0,51***	0,21***	n.s.
Discutir sobre Política (IDSP)	0,14**	0,09*	0,27***	0,08*	0,34***	n.s.	n.s.
Informar-se (IISP)	0,09*	n.s.	0,15**	n.s.	0,23***	n.s.	-0,08*

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

Fonte: *Idem* Tabela 1; ver Welzel, Inglehart e Deutsch (2005).

Em Porto Alegre, as correlações de confiança são significativas e positivas, salvo entre ICE e ICOI, ICE e ICGO, ICGO e ICE, ICGO e ICMC. Em Santiago destaca-se a correlação entre a confiança em organizações formais e informais (ICOF e ICI) e, como no Brasil, a correlação é especialmente alta entre a confiança nas organizações formais (ICOF) e confiança nas instituições.

As correlações entre os índices de participação política (IPP), incluindo aí as disposições a informar-se e a discutir sobre política, e os índices de confiança tendem a ser significativas e positivas nos dois casos. Não há correlações significativas e positivas entre participação e confiança nos meios de comunicação (ICMC), ao contrário do que sugerem outras medições, como por exemplo o PNUD (2004) no caso do Chile. Destaca-se, ainda, a correlação entre IPP e confiança nas grandes organizações (partidos, sindicatos etc.).

As variáveis socioeconômicas e de qualidade de vida tendem a correlacionar-se positivamente com a confiança. Nos dois casos, os indicadores sobre condições e expectativas de vida (ingressos, qualidade de vida, bem-estar pessoal, insegurança/segurança), incluindo satisfação com as instituições (satisfação com a democracia), mostram ter correlações positivas. A infra-estrutura associativa correlaciona-se também positivamente com a confiança.

No caso das variáveis atitudinais (solidariedade e identificação, sentido coletivo), observa-se correlações significativas e positivas com a maior parte dos índices de confiança. Santiago do Chile exhibe os graus mais elevados de correlação, especialmente entre confiança em outra gente (ICOG) e sentido coletivo (ISC).

A observação das correlações indica certas tendências de interesse, em nível agregado, como mostramos sinteticamente a seguir.

As variáveis de capital social (participação comunitária e não-convencional, confiança e participação política) têm correlações nítidas entre si, superiores à média, em todos os dois casos estudados. Em ordem de magnitude, destacam-se as correlações entre participação em associações sócio-trópicas (IPAS) e em associações utilitárias (IPAU), entre participação em ações coletivas desafiantes (IACD) e confiança em organizações informais

(ICOI), em menor medida entre participação comunitária (IPAS, IPAU) e outras manifestações de confiança. Por sua vez, as confianças têm correlações consideráveis entre si, sobretudo a confiança nas instituições (ICI), nas organizações formais (ICOF), em outra gente (ICOG) e em organizações informais (ICOI). O mesmo ocorre no caso da participação política, em que as mais altas correlações estão centradas em: informar-se e discutir sobre política (IISP, IDSP), seguida de participação política e discutir sobre política (IPP, IDSP).

Nos dois casos, observam-se correlações entre as variáveis de capital social e outras variáveis socioeconômicas, de qualidade de vida e atitudinais. A correlação entre participação não-convencional, comunitária e a atitude de solidariedade e identificação social (ISOI) é particularmente alta, independentemente dos contextos, ou seja, trata-se de uma porcentagem significativa de pessoas que participam e manifestam atitudes de identificação e solidariedade com seus concidadãos e suas nações. Quanto à perspectiva da confiança, observa-se uma alta correlação entre confiança em outra gente (ICOG) e sentido de responsabilidade social coletiva (ISC). Tais constatações são coerentes com o caráter holista e organicista da cultura política nas sociedades latino-americanas (ver Wiarda *et al.*, 1996).²⁷ Nesse sentido, nos casos estudados as variáveis indicadas, relacionadas com a “atitude afetiva habilitante” (fazer coisas com os demais, cooperar voluntariamente, disposição a integrar-se etc.) representam um recurso social importante para o progresso social e para a política.

Em Santiago do Chile e em Porto Alegre destacam-se as correlações positivas entre participação e confiança, de um lado, e participação e infra-estrutura associativa (IIEAF), de outro. Há ainda correlações significativas e positivas entre infra-estrutura associativa e disposição para discutir sobre política (IDSP). Nestes casos, os resultados validam um dos supostos clássicos das relações entre associatividade, democracia e desenvolvimento: quanto maiores as condições sociais favoráveis para a participação, tais como a existência de instâncias para a prática do associativismo, maior será o grau de confiança e maior a disposição das pessoas em participar.

A correlação negativa entre insegurança (IIN) e confiança (maior insegurança, menor confiança) é

reiterado nos dois casos, independentemente do contexto. Destacam-se as correlações insegurança/confiança nas instituições (ICI) e insegurança/confiança em outra gente (ICOG). Tal constatação segue a linha de duas preocupações centrais na atualidade desses dois países: a insegurança do cidadão, relacionada com percepções, atitudes e atos de violência social, e a insegurança no desempenho das instituições, relacionada com problemas nas interações entre inquietude e trabalho das instituições, efetividade, responsabilidade e transparência. No mesmo sentido manifestam-se as correlações entre as variáveis bem-estar pessoal (IBP), qualidade de vida (ICV), expectativas de vida (IEV) e confiança nas instituições e em outra gente. Quanto maior o bem-estar pessoal, maior é a confiança nas instituições e em outra gente. Há também uma correlação positiva entre a participação política e a satisfação com a democracia (instituições, responsáveis etc.) Essas correlações sugerem, claramente, que o desempenho das instituições e que as condições de vida das pessoas têm uma relação evidente com o capital social e todas as suas conseqüências (participação, estabilidade democrática, desenvolvimento etc.). Essas constatações estão em sintonia com a crescente atenção que se dá atualmente às variáveis institucionais e do desenvolvimento socioeconômico em estudos sobre capital social e políticas públicas (ver IDB, 2005; Freitag, 2006; Keele, 2007).

Algumas dimensões da participação convencional correlacionam-se diretamente com variáveis sociais e demográficas. Nos dois casos analisados, observa-se o maior grau de correlação entre o nível educacional (INE) e a disposição para discutir sobre política (IDSP) e, em muito menor medida, entre a atitude de apoio à democracia (IAD) e a participação política.

Ao comparar esses dois casos de estudo com as sociedades classificadas como “em desenvolvimento” observa-se que numerosas correlações são maiores nos primeiros. Esses fatos ficam escondidos na observação agregada, em que Brasil e Chile são casos somados a um conjunto de vinte casos de países em vias de desenvolvimento. O caminho desse tipo de conclusão por agregação não é, portando, o mais eficaz, pois as diferenças e as causalidades podem ficar escondidas atrás da visão agregada.

A perspectiva das causalidades

Vamos analisar agora as relações causais. O método consistiu em selecionar variáveis de capital social na qualidade de variáveis dependentes, com base na literatura e nas análises prévias.²⁸ As análises de variância (ANOVA) indicam que cada conjunto de preditores relacionados com os modelos é significativo para cada um deles.²⁹

A observação dos modelos de regressão nos dois casos arroja um conjunto de variáveis independentes que influem sobre o capital social (a participação convencional, não-convencional e as diversas formas de confiança social e política). As Tabelas 10 e 11 (ver Anexo) sintetizam as relações mais significativas.

Na participação convencional, incluindo as ações de exercer o direito a voto, informar-se e debater sobre política, observam-se relações interdependentes: nos dois casos, debater sobre política é um predador de informar-se, e vice-versa, e votar é um predador de discutir (quem vota tem predisposição a discutir). Tanto em Santiago do Chile como em Porto Alegre, a insegurança possui um coeficiente negativo, o que demonstra uma relação inversa com a variável dependente “debater”; quanto maior for a insegurança, menor é a tendência a debater. Por sua vez, a confiança nas pessoas e nas grandes organizações, em menor medida que nas instituições, nas elites e nos meios de comunicação, influi na disposição a discutir sobre política e exercer o direito de voto.³⁰

Na participação não-convencional influem especialmente as experiências associativas prévias (ter participado), o grau de confiança social e nas instituições do Estado, e, relacionado com isso, a identificação com a sociedade. Nos dois casos estudados, a experiência de participação tem influencia na opção por participar de organizações não-convencionais, mas estáveis, assim como a confiança nas relações sociais entre pessoas e nas instituições comuns.³¹ Tanto em Santiago como em Porto Alegre, a participação em associações utilitárias é a que possui um maior coeficiente Beta. Nos dois casos, tal coeficiente negativo da participação em ações coletivas desafiante é equivalente às evidências de outros estudos, em outros contextos, onde se observa que as atitudes críticas e inconformistas influem em disposições não-associa-

tivistas, mas, contudo, promovem outras formas de participação e capital social (ver Geissel, 2006, p. 3). A variável solidariedade e identificação, relacionada com as variáveis independentes já indicadas, é o terceiro predador mais importante da participação não-convencional. Adiante, constata-se um conjunto bastante heterogêneo de variáveis causais, cuja importância em cada caso e em relação a cada forma de participação varia; vale destacar a infra-estrutura associativa, o grau de satisfação com a democracia e diversos fatores demográficos e socioeconômicos.

As Tabelas 10 e 11 sugerem que as ações coletivas desafiadoras podem ser atribuídas em parte à falta de confiança nas instituições, em rotinas ou em formas de relação social com outra gente, tais como as organizações estáveis do bairro. Podem também resultar da erosão de atitudes de solidariedade coletiva (com a sociedade, o Estado ou o bem comum, entendido como assuntos coletivos). Por outro lado, parece influir positivamente nelas a confiança em organizações informais, como por exemplo redes comunitárias com baixo grau de formalização e, no caso específico de Porto Alegre, a experiência prévia de participação em associações e ações coletivas utilitárias, em que se perseguem benefícios concretos.³²

Quanto à participação em associações religiosas,³³ a confiança continua sendo um predador relevante nas duas cidades, embora com certos matices. A confiança em organizações informais é reiterada, enquanto a confiança nas instituições só é importante no caso de Santiago do Chile. De modo inverso, a participação em associações religiosas é um predador importante da confiança em organizações informais. No caso de Porto Alegre, mais claramente a confiança nas organizações informais e a participação em associações religiosas têm relação com percepções sobre segurança, bem-estar pessoal e nível educacional (ver Campos, 2004). Em ambos os casos, a falta de satisfação com o regime político (democracia) resulta ser um predador destacável do associativismo religioso, ou seja, quanto maior a insatisfação, maior a disposição a participar em organizações religiosas informais, onde atuam pessoas com propensão a sentir-se inseguras, vulneráveis, com baixo nível de bem-estar e certo nível educacional.³⁴

A observação desagregada dos distintos tipos de confiança mostra diversas ângulos de relações causais.

No que diz respeito à confiança interpessoal, em outra gente, as variáveis independentes que se reiteram nos dois casos são: sentido coletivo, confiança nas organizações informais, participação em atividades coletivas desafiadoras e confiança em organizações formais, sendo os três primeiros predadores mais relevantes. Tais relações sugerem que fatos relacionados com o sentimento de pertencer a uma coletividade, somados a fatos que reforçam a confiança em organizações informais – por exemplo, quando elas representam adequadamente as inquietudes dos cidadãos –, influem no capital de confiança social. Em contrapartida, as ações coletivas que, como se tem observado, manifestam uma quebra de confiança significam provavelmente que as vias habituais para resolver problemas tanto na sociedade como no Estado não estão dando resultado. A confiança em organizações formais, em grandes organizações (partidos, sindicatos, igrejas, por exemplo) e em elites (que desempenham funções de direção e liderança) é favorecida pelo capital de confiança na sociedade, especialmente nas instituições e nas pessoas. Ou seja, a confiança no bom funcionamento das instituições do Estado e a confiança social promovem uma atitude de maior confiança nas organizações formais. Do mesmo modo, a experiência de participação em ações coletivas desafiadoras favorece nos dois casos o grau de confiança. A satisfação com a democracia, com um coeficiente Beta negativo, influi especificamente na confiança em organizações formais. Por sua parte, a participação política causa impacto no grau de confiança nas grandes organizações (maior participação política, maior confiança em grandes organizações). Comentário especial merece o predador mais importante em Porto Alegre – confiança nas elites –, cujo coeficiente Beta é negativo, indicando que há uma relação inversa entre este predador e a confiança em grandes organizações.³⁵ Por outro lado, há um conjunto variado de outros predadores com diversos graus de influência, como, por exemplo, o nível de ingressos, a percepção de segurança, a qualidade de vida, as experiências prévias de participação, a existência de infra-estrutura para a participação etc.

Em ambos os casos, o grau de satisfação com a democracia é um fator de primeira importância que intervém no grau de confiança nas instituições.

Um segundo predador sobressalente é a confiança nas organizações formais. Também tem efeitos, embora menores, outros indicadores de confiança em organizações formais e informais, nas elites e nos meios de comunicação, a percepção de insegurança e o bem-estar pessoal, entre outros.

As observações consignadas dão lugar a identificar variáveis independentes significativas, reiteradas nos modelos dos dois casos estudados. Portanto, justifica-se uma hierarquia de variáveis em função de sua presença nos modelos de regressão, em sua qualidade de variáveis independentes (em porcentagem).

Tabela 9
Variáveis Independentes Recorrentes

Preditor	Porcentagem de Ocorrências
Participação em atividades coletivas desafiantes (IACD)	50,0
Confiança em Organizações Informais (ICOI)	50,0
Confiança em Instituições (ICI)	41,6
Solidariedade e Identificação Social (ISOI)	33,3
Confiança em outra Gente (ICOG)	25,0
Confiança em Grandes Organizações (ICGO)	25,0
Confiança em Organizações Formais (ICOF)	16,6
Satisfação com a Democracia (ISD)	16,6
Participação Política (IPP)	16,6
Discute sobre Política (IDSP)	16,6
Confiança em Elites (ICE)	8,3
Confiança em Meios de Comunicação (ICMC)	8,3
Participação em Associações Religiosas (IPAR)	8,3
Informar-se sobre Política (IISP)	8,3
Sentido Coletivo (ISC)	7,7

Os resultados das nossas observações são convergentes com as conclusões de outros trabalhos, em outros contextos (ver Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Geissel, 2006). A participação em ações coletivas desafiantes é um bom indicador para a medição do capital social. Vale notar que, em cada uma das seis vezes que aparece o coeficiente Beta associado à IACD, tal coeficiente possui o mesmo *valor* para Porto Alegre e Chile, o que indica a força da variável com independência das particularidades do contexto. Esta descoberta é significativa para ambos os casos, uma vez que abre um canal de convergência em esforços de promoção de capital social e no fortalecimento da democracia. Com efeito, se os instrumentos estatais da participação canalizaram o potencial da participação nessas ações como parte de sua rotina de trabalho, ele resultou em

melhores condições para a estabilidade democrática.

A confiança desempenha um papel central como indicador do capital social, o que tem sido também devidamente destacado na literatura (ver Norris, 2002; Baquero, 2005; Castillo, 2006; Keele, 2007). Igualmente ao caso de IACD, a confiança em organizações informais, antes de representar um aporte na direção de uma sociedade diversa e pluralista em interesse e convicções, fortalece os graus de coesão e de integração social, promove o capital social e a estabilidade da democracia.

A que ponto chegamos?

Em suma, pode-se afirmar que o capital social, observado por meio da participação convencional, não-

convencional e o grau de confiança, mostra as seguintes tendências nos dois casos sul-americanos. Primeiro, elevada participação convencional, incluindo as ações de discutir e informar-se sobre política, sendo que no Chile o nível é claramente inferior. Estas tendências são plenamente coerentes com o alto grau de estabilidade política nos últimos anos. Segundo, baixa participação não-convencional, exceto no âmbito religioso. Terceiro, altos níveis de confiança, sendo que, no entanto, ela é baixa quando se trata de grandes organizações, o que corrobora percepções sobre a crescente debilidade e falta de legitimidade dessas organizações que outrora foram importantes formas de relação social, como os partidos políticos e as associações sindicais. O alto grau de confiança sugere um elevado potencial de capital social, o qual deve ter relação com a estabilidade dos sistemas políticos e com o alto grau de coesão social existente, não obstante as condições econômicas e sociais adversas da última década. No mesmo sentido, a variável atitudinal “solidariedade e identificação social” apresentou um peso relevante ao longo do estudo.

Deve-se ter em mente que as tendências já observadas de correlações e causalidades ocorrem em contextos distintos e, portanto, as análises e as generalizações que se podem extrair são apenas aproximações que poderão se aprimoradas com novas observações que sejam comparáveis com séries temporais. Esta constatação é válida para todos os estudos comparados de capital social.

As correlações que consideram as variáveis de capital social, socioeconômicas, demográficas e atitudinais são bastante significativas, maiores do que aquelas observadas na literatura mundial revisada. Este último poderia obedecer à amostragem, aos instrumentos de medição ou a mudanças nas próprias variáveis consideradas no transcurso do tempo (entre uma medição e outra). Não é possível tirar conclusões ainda, faltam séries temporais para que se possa fazer maiores comparações e depurar as impressões. De qualquer maneira, cabe ressaltar certas descobertas para efeitos de comparação e de debate acadêmico.

Algumas das correlações observadas sugerem áreas de interesse para a formação de capital social e para fortalecer condições sociais da estabilidade democrática. Com efeito, assim ocorre no caso da

correlação positiva entre a participação não-convencional e a participação convencional (votar, debater e informar-se); uma maior experiência participativa poderia ter incidência na participação política e, portanto, o estímulo e a promoção desse tipo de participação não-convencional poderia beneficiar a estabilidade do sistema democrático. O mesmo se pode afirmar em relação à solidariedade e identificação social, cujo fortalecimento poderia incidir na participação e na estabilidade democrática.

Diferentemente de outros estudos, em que são analisados muitos casos, as correlações sintetizadas neste trabalho indicam que as diversas formas de participação não se dão de forma pura nem isolada. As evidências apresentadas, corroboradas por outras consultas no Chile e no Brasil (especialistas, estudantes, comunidades), sugerem que a experiência acumulada na prática da participação é uma condição favorável para a formação de capital social. Assim sucede, por exemplo, com a participação em associações voluntárias, sociotrópicas e ações coletivas desafiantes. Nesse sentido, cabe advertir que o maior grau de capital social não é necessariamente resultado da participação em certos tipos específicos de associação ou em determinadas ações coletivas. Longe disso, as evidências apontam em direção às relações interdependentes, positivas com respeito à participação, como, por exemplo, o fato de a experiência de participação em associações ser uma competência importante para a participação em ações coletivas, e vice-versa.

As correlações observadas entre confiança e participação coincidem com as evidências e as afirmações de muitos estudos sobre a estreita relação entre ambas (ver Norris, 2002; Baquero, 2005).

Os casos aqui analisados somam evidências em torno da estreita relação entre as instituições e seu funcionamento, e os comportamentos sociais, neste caso de participação e de confiança pública. Na mesma direção de outros estudos que ressaltam aos efeitos das instituições e dos governos na formação de capital social (ver Freitag, 2006; Keele, 2007), observa-se nítidas correlações entre participação e confiança nas instituições, participação e confiança em outra gente, condições socioeconômicas resultantes de um bom desempenho institucional e confiança, entre outros fatores. Em outras palavras, determinadas

atitudes sociais que manifestam capital social são, em parte, consequência do desempenho das instituições e dos governos. Portanto, a melhor sintonia entre o desempenho (resultados) das instituições e as inquietudes dos cidadãos deveria conduzir a uma maior acumulação de capital social, em benefício da democracia e do desenvolvimento, e vice-versa.

Os modelos de regressão reforçam as observações indicadas, que dizem respeito à importância da participação não-convencional, a confiança e certas variáveis atitudinais para a formação de capital social, especialmente solidariedade, identificação social e sentimento coletivo.

É importante seguir avançando pelo caminho da investigação de casos concretos, caso a caso, pois isso garantirá um conhecimento mais apurado e melhores condições para a pesquisa comparada e, portanto, para a formulação de políticas. Os estudos de casos resultam ser um método adequado para poder observar onde estão operando variáveis relevantes, onde estão gerando dinâmicas de interesse, as quais permanecem obscuras nas visões mais generalizada (macro). Certamente, as evidências trazidas pelos estudos de casos devem complementar visões que postulem hipóteses de relação a partir da informação agregada.

Anexo

Tabela 10
Modelos de Regressão para o Brasil

VD VI	IPAS Beta	IPAU Beta	IPAR11 B	IACD Beta	ICOG Beta	ICOF Beta	ICGO Beta	ICI Beta	ICE Beta	ICOI Beta	IISP2 B	IDSP Beta	IPP Beta
IPAS	—	0,64	n.s.	—	-0,169	n.s.	n.s.	-0,018	-0,138	—	n.s.	n.s.	n.s.
IPAU	0,656	—	n.s.	0,236	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
IPAR	n.s.	n.s.	—	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,094	n.s.	n.s.	-0,077
IACD	-0,327	0,431	n.s.	—	-0,242	n.s.	0,102	-0,026	n.s.	0,783	n.s.	0,173	n.s.
IEAFI	n.s.	0,053	n.s.	-0,077	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,077	n.s.	0,101	n.s.
IIN	-0,045	n.s.	-2,509*** -0,546	-0,049	n.s.	0,109	n.s.	-0,079	n.s.	0,078	-2,756*	n.s.	n.s.
ICOG	-0,063	n.s.	n.s.	-0,082	—	0,147	0,23	n.s.	n.s.	0,1	n.s.	n.s.	n.s.
ICOF	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,18	n.s.	0,153	0,428	n.s.	0,11	n.s.	-0,066	0,103
ICGO	n.s.	-0,089	n.s.	0,086	0,132	0,043	—	0,032	-0,267	n.s.	2,022** -6,685	n.s.	0,267
ICI	-0,047	0,188	n.s.	-0,165	n.s.	0,982	0,356	—	0,295	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
ICE	-0,58	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	-0,37	0,072	—	n.s.	n.s.	n.s.	0,255
ICMC	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,044	-0,096	0,058	n.s.	n.s.	0,913* -0,374	n.s.	-0,107
ICOI	0,408	-0,282	4,166*** -0,767	0,763	0,361	0,026	n.s.	0,038	—	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
IISP	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,123	n.s.	n.s.	n.s.	—	0,404	0,113
IDSP	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	5,042*** 0,616	—	0,121

VD VI	IPAS Beta	IPAU Beta	IPAR11 B	IACD Beta	ICOG Beta	ICOF Beta	ICGO Beta	ICI Beta	ICE Beta	ICOI Beta	IISP2 B	IDSP Beta	IPP Beta
ISOI	0,201	0,344	1,553** -0,525	-0,149	0,177	-0,043	0,152	n.s.	-0,097	0,064	n.s.	0,078	n.s.
ISC	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,422	n.s.	-0,133	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,075
IBP	n.s.	n.s.	-1,201** -0,38	n.s.	0,185	n.s.	n.s.	n.s.	0,094	n.s.	-1,054* -0,608	n.s.	n.s.
ISD	n.s.	-0,21	n.s.	0,092	n.s.	-0,471	n.s.	0,525	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
IPP	n.s.	n.s.	-0,923* -0,362	0,055	n.s.	0,045	0,296	n.s.	0,272	n.s.	0,926** -0,351	0,12	–
IEV	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
ICV	n.s.	n.s.	n.s.	-0,073	n.s.	0,059	0,084	n.s.	n.s.	0,046	n.s.	n.s.	0,08
S	n.s.	-0,054	n.s.	n.s.	n.s.	0,032	n.s.	n.s.	n.s.	-0,049	-0,414* -0,253	n.s.	n.s.
NE	n.s.	n.s.	-0,876* -0,382	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,124	0,121
NI	n.s.	n.s.	n.s.	-0,057	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,068	2,137** -0,642	n.s.	n.s.
IAD	n.s.	n.s.	-0,874* -0,448	n.s.	n.s.	0,048	0,11	-0,031	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
R ²	0,74	0,816	0,444 ^A	0,768	0,419	0,953	0,823	0,979	0,218	0,763	0,328 ^A	0,351	0,346
R ² _{aj}	0,736	0,812	0,591 ^B	0,762	0,409	0,952	0,818	0,979	0,208	0,758	0,461 ^B	0,342	0,332
D-W	1,963	1,838	387,262 ^C	1,904	1,981	1,981	1,919	0,979	1,912	1,968	408,507 ^C	1,92	1,765

Nível de significação: n.s.; *p > 0,10; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

⁽¹⁾ Regressão logística (“participação em associações religiosas” e “informa-se sobre política” são variáveis dicotômicas); ^A Cox e Snell R Square; ^B Nagelkerke R Square; ^C-2 Log likelihood. Para regressão OLS e logística, utilizou-se Backward Selection; Likelihood ratio.

Fonte: *Idem* Tabela 1.

Tabela 11
Modelos de Regressão para o Chile

VD VI	IPAS Beta	IPAU Beta	IPAR ¹ B	IACD Beta	ICOG Beta	ICOF Beta	ICGO Beta	ICI Beta	ICE Beta	ICOI Beta	IISP ² B	IDSP Beta	IPP Beta
IPAS	–	0,743	n.s.	–	-0,079	0,073	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,953* -0,576	n.s.	n.s.
IPAU	0,594	–	1,132* (-0,677)	-0,055	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,144	n.s.	n.s.	n.s.
IPAR	n.s.	0,061	–	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,069	n.s.	0,06	n.s.	0,043	n.s.
IACD	-0,243	0,141	n.s.	–	-0,239	n.s.	0,083	-0,111	n.s.	0,737	n.s.	n.s.	n.s.

VD VI	IPAS Beta	IPAU Beta	IPAR ¹ B	IACD Beta	ICOG Beta	ICOF Beta	ICGO Beta	ICI Beta	ICE Beta	ICOI Beta	IISP ² B	IDSP Beta	IPP Beta
IEAFI	n.s.	0,058	1,091* -0,511	n.s.	n.s.	n.s.	-0,089	n.s.	n.s.	0,047	n.s.	n.s.	0,085
IIN	n.s.	0,096	n.s.	n.s.	-0,086	-0,096	n.s.	0,217	n.s.	n.s.	-1,545*** -0,399	n.s.	n.s.
ICOG	n.s.	n.s.	n.s.	-0,527	—	0,222	n.s.	n.s.	n.s.	0,244	n.s.	n.s.	n.s.
ICOF	n.s.	n.s.	n.s.	0,216	0,169	—	n.s.	0,354	-0,092	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
ICGO	n.s.	n.s.	n.s.	-0,078	n.s.	n.s.	—	0,066	-0,118	n.s.	n.s.	0,108	0,386
ICI	-0,052	n.s.	-4,310*** -1,073	-0,521	n.s.	0,953	0,434	—	0,548	0,046	n.s.	n.s.	-0,129
ICE	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,059	0,16	0,108	—	n.s.	n.s.	n.s.	0,214
ICMC	n.s.	n.s.	n.s.	-0,098	n.s.	n.s.	n.s.	0,094	n.s.	0,074	-0,836** -0,3	n.s.	n.s.
ICOI	0,472	-0,194	1,431** -0,749	1,039	0,404	n.s.	n.s.	0,06	-0,267	n.s.	n.s.	0,1	n.s.
IISP	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	—	0,286	0,136
IDSP	n.s.	0,746* -0,432	n.s.	n.s.	n.s.	0,178	n.s.	n.s.	0,048	0,388* -0,489	—	0,127	0,255
ISOI	0,158	0,151	n.s.	n.s.	0,109	n.s.	n.s.	n.s.	0,124	n.s.	n.s.	0,094	n.s.
ISC	n.s.	0,045	n.s.	0,195	0,631	0,086	n.s.	n.s.	n.s.	-0,142	n.s.	n.s.	n.s.
IBP	n.s.	0,097	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,164	n.s.	n.s.	n.s.	-0,113	—
ISD	n.s.	n.s.	-2,783*** -0,374	0,302	n.s.	-0,477	n.s.	0,664	-0,164	n.s.	n.s.	n.s.	0,124
IPP	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,416	-0,056	0,261	n.s.	1,021*** -0,283	0,117	—
IEV	n.s.	n.s.	-0,879* -0,384	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
ICV	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	1,060*** -0,326	0,143	0,084
S	-0,051	n.s.	-0,513* -0,22	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
NEL	0,048	-0,075	n.s.	0,103	n.s.	0,055	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,178	n.s.
NI	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,071	n.s.	0,101	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
IAD	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,094	n.s.
R ²	0,738	0,678	0,104 ^A	0,756	0,644	0,517	0,728	0,828	0,24	0,762	0,254 ^A	0,805	0,375
R ² aj	0,738	0,671	0,152 ^B	0,756	0,638	0,509	0,724	0,824	0,231	0,757	0,254 ^A	0,801	0,365
D-W	1,953	1,903	520,267 ^C	1,807	1,923	1,95	2,09	2,106	2,112	1,926	539,79 ^C	1,958	2,082

Nível de significação: n.s.; * p > 0,10; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

⁽¹⁾ Regressão logística (“participação em associações religiosas” e “informa-se sobre política” são variáveis dicotômicas); ^ACox e Snell R. Square; ^BNagelkerke R Square; ^C-2 Log likelihood. Para regressão OLS e logística, utilizou-se Backward Selection; Likelihood ratio.

Fonte: *Idem* Tabela 1.

Notas

- 1 Ver Apêndices no *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152 y <http://www.capital-social.com/wp/images/Metodosestadisticos.pdf>, onde se encontra o questionário usado, as bases de dados, a codificação, os índices, os Syntax SPSS e os esclarecimentos pertinentes (como se elaborou cada medida).
- 2 A este respeito, ver Pateman (1992), Norris (2002), Hagopian e Mainwaring (2005, p. 8), IDB (2005, pp. V-IX), *site* www.usaid.gov, Coleman (1990), Putnam (1995), Baquero (2005), Freitag (2006), Welzel, Inglehart e Deutsch (2005), Castillo (2006). Na América Latina existem numerosas aproximações teóricas e alguns trabalhos empíricos sobre casos muito pontuais nos níveis locais (por exemplo, Campos, 2004; Borba, 2005; Pase, 2005; Fialho, 2005; Santos e Viscarra, 2005).
- 3 Não obstante o uso dos termos Brasil e Chile, as observações se limitam principalmente aos resultados de uma pesquisa de opinião aplicada em Porto Alegre e Santiago do Chile (para base de dados, índices, *syntax* e *outputs*, ver *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152).
- 4 Ver Apêndices no *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152.
- 5 As medidas que justificam a inclusão destas cidades são sua alta concentração de população e o fato de serem pólos regionais e nacionais importantes da atividade política, social, econômica e cultural dos países envolvidos.
- 6 Ambas as condutas geram conectividade interpessoal e favorecem a tolerância. Numerosos estudos argumentam sobre a importância da participação e do interesse pela política para a estabilidade democrática (ver Detjen, 2000).
- 7 Fica fora, por exemplo, a participação em associações ou ações que promovam relações de camaradagem, intolerância, fanatismo, nepotismo, corrupção, entre outros, pois estas somente beneficiam um grupo e não os bens públicos.
- 8 Estas manifestam um conjunto de valores e atitudes que promovem a participação democrática e a coesão social, refletindo a operação de redes comunitárias (Baquero, 2005; Welzen, Inglehart e Deutsch, 2005, p. 8; Geissel, 2006, p. 3).
- 9 Não apenas em organizações formais, mas também em relações informais. Quem participa de protestos ou greves não o faz sempre por qualidade de membros de organizações formais, mas por convicção individual ou desencanto (ver Tilly, Tilly e Tilly, 1975; Rose, 1996).
- 10 A confiança nas elites pode ser também um recurso de capital social, na medida em que elas expressam e representam os processos de formação de vontade política na sociedade.
- 11 Ver evidência empírica em PNUD (2004). Nas últimas décadas, os meios de comunicação têm sido um ativo canal de formação de opinião pública crítica no mundo inteiro.
- 12 Ver Barberet (2004, pp. 172-174), Borba (2005), Souza de Amorim (2005), Pase (2005), Fialho (2005), Santos e Viscarra (2005), Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) e Rubenson (2005).
- 13 Assim fica consignado em estudos monográficos sobre associativismo religioso em localidades (Campos, 2004).
- 14 Elas poderiam operar em sentido positivo, favorecendo, por exemplo, as disposições para a participação em uma democracia aberta e pluralista (ver evidências empíricas em Freitag, 2006, e Keele, 2007).
- 15 A solidariedade manifesta-se em certo grau de identificação social e de sentido do coletivo; para que as pessoas se sintam motivadas por causas coletivas, é necessário que exista algum grau de identificação entre tais causas e seus próprios princípios e motivações.
- 16 Todos os índices, incluindo os passos para sua construção, podem ser consultados no *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152.
- 17 Cada variável de participação é o resultado da construção de índices binários (variáveis *dummy*). Na construção considerou-se que se uma pessoa responde que pertence ao menos a um tipo de associação, a codificação deve ser 1 (participante) e 0 (não participante) em caso contrário.
- 18 No Chile, o grau de secularização é maior do que no Brasil (ver Campos, 2004). Nesse sentido, contudo, é possível que a população de Porto Alegre não seja representativa do conjunto do país.
- 19 A pesquisa de opinião Casen do Chile é elaborada com base em uma rigorosa metodologia administrada pelo Ministério de Planificação Nacional (MIDEPLAN). Não tem sido possível acessar as bases de dados oficiais equivalentes no Brasil.
- 20 A codificação dos índices corresponde ao valor 1 se a pessoa, ao menos em uma das respostas que compõem cada índice, responde que tem algum grau de confiança no ente respectivo (gente, elites, instituições,

- meios). Ver informe de índices no *site* www.capital-social.com.
- 21 Em todo caso, cabe levar em consideração as limitações de um indicador que toma valores binários, em que não é possível observar em detalhe graus de confiança.
 - 22 Estas constatações não constituem uma avaliação nem otimista nem pessimista em relação à discussão sobre o aumento ou a erosão do capital social (ver Norris, 2002).
 - 23 Neste estudo usamos a correlação de Spearman. Tem-se como pressuposto que uma correlação baixa tem um valor absoluto menor ou igual a 0,33, uma correlação média, um valor absoluto de correlação maior a 0,33 e menor a 0,66, e uma alta, valores maiores ou iguais a 0,66.
 - 24 Todas as correlações que incluíram o exercício original se encontram nos apêndices deste estudo, disponível no *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152.
 - 25 Isso também poderia explicar-se por diferenças culturais e nos padrões de comportamento cívico.
 - 26 A investigação sobre as associações religiosas no caso do Chile tem demonstrado empiricamente que as infra-estruturas para a participação representam uma condição relevante nesse sentido (ver Campos, 2004).
 - 27 É importante levar em consideração as particularidades socioculturais. Como em outras sociedades no mundo, os interesses individuais e o *rational choice* influem nos comportamentos e nas atitudes. Mas as condições socioculturais específicas também influem nesse sentido nas sociedades do Cone Sul da América.
 - 28 Para quadros com as informações completas, ver *site* http://www.capital-social.com/wp/?page_id=152. As tabelas com os modelos (9 e 10) são lidas por colunas – cada coluna representa a variável dependente e as filas mostram os preditores ou variáveis independentes. B são os coeficientes não-padronizados de cada preditor, e Beta são os coeficientes padronizados. Entre parênteses indica-se erro padrão associado. Os asteriscos representam o grau de significação, tal como foi apresentado nas tabelas anteriores. R² ou coeficiente de determinação representa o grau de ajuste do modelo (por exemplo, 0,73 significa que 73% da variância é explicada pelo modelo. Quanto mais próximo a 1, melhor é a predição do modelo). Neste caso justificase mais de três linhas para entender bem os quadros.
 - 29 Ver *outputs* de modelos no *site* www.capital-social.com. Os erros de cada modelo estão distribuídos normalmente, os quais se observam mediante os valores descritos por Durbin-Watson (entre 1,4 e 2,8).
 - 30 No Brasil o exercício do voto é condição para o exercício de muitos direitos, e esta circunstância é importante para a avaliação final dessas observações.
 - 31 Em Porto Alegre as principais variáveis independentes são: IPAS (0,656), ICOI (0,408), IACD (-0,327), ISI (0,201), ICOG (-0,063), ICE (-0,058), ICI (-0,047) e IIS (-0,045). No Chile, são: IPAU (0,594), ICOI (0,472), IPACD (-0,243), ISI (0,158), ICI (-0,052), S (-0,051) e NE (0,048).
 - 32 Nesse sentido é importante considerar a experiência do orçamento participativo e suas conseqüências em Porto Alegre.
 - 33 O fato de a variável “participação em associações religiosas” ser uma variável dicotômica procede uma regressão logística.
 - 34 No Chile, no contexto do regime político autoritário da década de 1980, tais relações ocorreram nos setores mais vulneráveis da sociedade, tanto do ponto de vista do nível educacional, como do nível de ingresso.
 - 35 Tal constatação é congruente com observações sobre o alto grau de distanciamento entre elites e o restante da sociedade no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BAQUERO, Marcello. (2005), “Um modelo integrado de democracia social na América Latina”. *Debates*, 1: 5-55.
- BARBERET, Rosemary. (2004), “Sicherheit im urbanen Raum. Erfahrungen in Europa und Folgerungen für Lateinamerika”, in K. Bodemer (ed.), *Gewalt und öffentliche (Un-)Sicherheit. Beiträge zur Lateinamerikaforschung*, vol. 17, pp. 171-180.
- BERRY, W. D. (1993), *Understanding regression assumptions*. New Bury Park, CA, Sage.
- BORBA, Julian. (2005), “Comportamento político e capital social na América do Sul”. *Debates*, 1: 55-68.
- BRODY, Richard A. (1994), “Bildung, politische Toleranz und Demokratie – eine Untersuchung”, in BZPB, *Grundwerte der Demokratie im internationalen Vergleich*, Bonn, BZPB.
- BRYMAN, A. & CRAMER, D. (1994), *Quantitative data analysis for social scientists*. Nova York, Routledge.

- CAMPOS, Tânia Mara de Araújo. (2004), *Identidade da renovação carismática católica em Brasília e em Santiago do Chile*. Tese de doutorado, Brasília, Universidade de Brasília – UnB.
- CASTILLO, Antonio M. Jaime. (2006), “La compleja relación entre capital social y confianza política desde el sur de Europa: evidencia empírica de Andalucía”. Documento de Trabalho, Grupo de Valores, Centro de Estudios Andaluces, Departamento de Sociología, Universidad de Navarra.
- COLEMAN, J. S. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge, Belknap Press.
- DETJEN, Joachim. (2000), “Die Demokratiekompetenz der Bürger. Herausforderung für die politische Bildung”. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 25: 7-12.
- DURKHEIM, Émile. (1897), *De la division du travail social*. Paris, F. Alcan.
- FIALHO, Angela. (2005), “Desenvolvimento sustentável e empoderamento juvenil”. *Debates*, 1: 141-154.
- FREITAG, Markus. (2006), “Bowling the State back in: political institutions and the creation of social capital”. *European Journal of Political Research*, 45 (1): 123-152.
- GEISSEL, Brigitte. (2006), “Kritische Bürgerinnen und Bürger – Gefahr für Demokratien?”. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 12 (20): 3-9, mar.
- GRIMM, L. G. & YARNOLD, P. R. (1995), *Reading and understanding multivariate analysis*. Washington, DC, American Psychological Association.
- HAGOPIAN, Frances & MAINWARING, Scott P. (2005), *The third wave of democratization in Latin America: advances and setbacks*. Cambridge, Cambridge University Press.
- IDB – Interamerican Development Bank. (2005), *The politics of policies: economic and social progress in Latin America, 2006*. Report. David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University.
- KEELE, Luke. (2007), Social capital and the dynamics of trust in government. *American Journal of Political Science*, 2: 241-254.
- KIRBY, P. (2003), *Introduction to Latin America: twenty-first century challenges*. Londres, Sage.
- LOCKE, John. (2002), “Second treatise of government”, in S. M. Cahn (ed.), *Classics of political and moral philosophy*, Nova York, Oxford University Press, pp. 461-505.
- NORRIS, Pipa. (2002), *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PASE, Hemerson Luiz. (2005), “Capital social e desenvolvimento rural: uma abordagem cultural das desigualdades”. *Debates*, 1: 101-121.
- PATEMAN, Carole. (1970), *Participation and democratic theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PNUD – Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. (2004), *Desarrollo humano en Chile: el Poder: ¿para qué y para quién?*. Santiago do Chile, PNUD.
- PUTNAM, Robert. (1995), “Bowling alone: America’s declining social capital”. *Journal of Democracy*, 6: 65-78.
- ROSE, Richard. (1996), “Getting things done in an anti-modern society: social capital networks in Russia, social capital initiative”. Working Paper, n. 6, The World Bank.
- RUBENSON, Daniel. (2005), “Can social capital account for differences in political participation across American cities?”. Trabalho apresentado no APSA – Annual Meeting, Washington, D.C.
- SANTOS, A. Douglas & VISCARRA, S. (2005), “Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política”. *Debates*, 1: 169-181.
- SOUZA DE AMORIM, Maria Salete. (2005), “Desenvolvimento sustentável na perspectiva da cultura política e da participação democrática”. *Debates*, 1: 85-100.
- TILLY, Charles; TILLY, L. & TILLY, R. (1975), *The rebellious century 1830-1930*. Cambridge, Harvard University Press.
- VALDIVIESO, Patricio. (2003), “Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena”. *Revista de Sociología e Política*, 21: 13-34.
- _____. (2007), “Capital social en Chile, mediciones y especificaciones”. *Revista Política*, 48: 40-70.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, L. & BRADY, H. (1995), *Voice and equality*. Cambridge, Harvard University Press.
- WELZEN, Christian; INGLEHART, Ronald & DEUTSCH, Franziska. (2005), “Social capital,



voluntary associations and collective action:
which aspects of social capital have the greatest
'civic' payoff?'. Trabalho apresentado no APSA
Annual Meeting, Washington, D.C.

WIARDA, Howard *et al.* (1996), *Latin American po-
litics and development*. Boulder, Westview Press.



**CAPITALISMO SOCIAL E
DESENVOLVIMENTO
DEMOCRÁTICO: PORTO
ALEGRE (BRASIL)
E SANTIAGO DO CHILE****Patricio Valdivieso****Palavras-chave:** Capital social; Participação; Confiança; Brasil; Chile.

A partir da análise de dois casos sul-americanos (Brasil e Chile), este estudo apresenta novas possibilidades de utilização da teoria do capital social, um método rigoroso para investigar relações e, portanto, para fazer aportes à investigação internacional sobre política comparada. Com uma base de dados gerada autonomamente e levando em consideração a produção científica sobre o tema, este estudo trata, primeiramente, da apresentação de alguns conceitos centrais e de sua operacionalização, passando-se à observação de tendências e correlações e, posteriormente, à constatação de relações causais mediante análise de regressão. Submete-se a um exame crítico as generalizações sobre o capital social.

**SOCIAL CAPITAL AND
DEMOCRATIC DEVELOPMENT:
PORTO ALEGRE (BRAZIL) AND
SANTIAGO (CHILE)****Patricio Valdivieso****Keywords:** Social capital; Participation; Trust; Brazil; Chile.

From the analysis of two South American cases, Brazil, and Chile, the study puts forward new observations about the Social Capital, exhibits a rigorous methodology to propose relations and, for instance, to make contributions for the international research. With an autonomously generated database and through the contributions of the literature on the issue, this study commences with the explanation of some central concepts involved and its operationalization, then moving to the observation of tendencies, in addition to their correlations, and ends with casual relations through regression analysis and examining generalizations about Social Capital.

**CAPITAL SOCIAL ET
DÉVELOPPEMENT
DÉMOCRATIQUE: PORTO
ALEGRE (BRÉSIL) ET
SANTIAGO DU CHILI****Patricio Valdivieso****Mots-clés:** Capital social; Participation; Confiance (familiarité); Brésil; Chili.

A partir de l'analyse de deux cas sud-américains (le Brésil et le Chili) l'étude présente des nouvelles possibilités d'emploi de la théorie du capital social, une méthode rigoureuse d'investigation de ces relations et qui, par conséquent, permet d'aider la recherche internationale en ce qui concerne la politique comparée. Avec une base de données gérée de façon autonome et prenant en considération la production scientifique sur ce thème, cette étude aborde, en premier lieu, la présentation de quelques concepts centraux et leur opérationnalisation, en passant par l'observation des tendances et ses corrélations et, postérieurement, à la constatation de relations causales grâce à l'analyse de régression. L'étude soumet à un examen critique les généralités liées au capital social.

